A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA GARANTIA DE DIREITOS INDÍGENAS DURANTE OS ESTUDOS PRÉVIOS E CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TABAJARA EM MACHADINHO D'OESTE - RONDÔNIA

Políticas Públicas e Projetos para Amazônia: Desafios, Sustentabilidades e Perspectivas, 1ª edição, de 21/06/2023 a 23/06/2023
ISBN dos Anais: 978-65-5465-044-1

CRISTO; Isabel Cristina Silva [1], ANDRADE; Rafael Ademir Oliveira de [2]

RESUMO

A presente pesquisa possui por objetivo principal elaborar um raciocínio, baseado emdados coletados bibliograficamente, sobre a atuação do Ministério Público na garantia dedireitos indígenas durante os estudos prévios e construção da Usina Hidrelétrica (UHE) deTabajara em Machadinho D'Oeste - Rondônia, de modo que sua importância reside no fatode que a construção do referido empreendimento ainda não se iniciou, o que, por óbvio,reflete na fase de estudos prévios, os quais devem, obrigatoriamente, incluir os impactosambientais e sociais que incidirão especificamente nas comunidades indígenas queconstruíram e desenvolveram seus traços sociais e culturais nas proximidades dalocalidade.Sabe-se que os direitos indígenas estão assegurado no maior diploma legal existenteem nossa democracia, a Constituição da República Federativa do Brasil de brasileira 1988,a qual reconhece os costumes, tradições, organização social e os direitos originários sobreas terras que tradicionalmente ocupam, conforme disciplina o art. 231, caput, da CRFB/88.Cite-se ainda que o parágrafo segundo deste mesmo diploma legal assegura que 'as terrastradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lheso usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes'. Diante do disposto na Magna Carta é inegável que as garantias destas populaçõesestão asseguradas, objetivando, dessa forma, a proteção de sua identidade social e cultural,individual e coletiva, a preservação dos espaços de cultivo e moradia. É certo que olegislador constituinte buscou efetivar uma política de proteção de direitos difusos e coletivosao dispor todos estes aspectos na redação constituinte. Contudo, em um contexto deconstrução de Usinas Hidrelétricas estas garantias são esquecidas ao ponto de o PoderPúblico compactuar com a destruição das terras tradicionalmente ocupadas por estesindivíduos, uma vez que as áreas

[1] Faculdade Católica de Rondônia, isacristobel@gmail.com
[2] Faculdade Católica de Rondônia, profrafaelsocio@gmail.com

próximas ao local da construção do empreendimento sãoalagadas, o que resulta em perda, muitas vezes total, da fauna e da flora.(pegar dados destas inundações)Diante deste cenário, a participação ativa do Ministério Público Federal se fazextremamente importante, uma vez que é incumbido a este órgão, constitucionalmente, apreservação dos direitos dos grupos indígenas.Até a presente data foram coletados dados através de pesquisas bibliográficas, dasquais foram elaborados fichamentos, servindo como base para a elaboração do RelatórioParcial da presente pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: impactos, indígenas, Rondônia, Ministério Público Federal

[1] Faculdade Católica de Rondônia, isacristobel@gmail.com
[2] Faculdade Católica de Rondônia, profrafaelsocio@gmail.com